

RACISMO E DESUMANIZAÇÃO NO HAITI

RACISM AND DEHUMANIZATION IN HAITI



Vol.10 Número 20

jul./dez. 2015

p. 521 -536

Franck Seguy ¹

RESUMO: Este artigo analisa um caso de racismo nas suas manifestações estruturais. A partir das medidas de políticas públicas implementadas no Haiti, no contexto do terremoto que abalou o País caribenho em 2010, são desvendados os meandros das relações internacionais, racistas na sua essência, as quais desumanizam a vida do negro povo haitiano. O texto tenta mostrar como o racismo está na base de todo o histórico das relações internacionais do Haiti, desde a sua independência em 1804, e como ainda hoje, o País continua padecendo do mesmo regime. Além de ressaltar o peso histórico dessas relações racistas, o artigo insiste em indagar os fundamentos filosóficos que lhes servem de justificativa. Ou seja, este artigo procurou captar o racismo não na sua dimensão de marcador social e de construtor de identidade individual, mas na sua dimensão de elemento político de definição das relações entre países.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Desumanização. Haiti.

ABSTRACT: This article analyzes a case of racism in his structural manifestations. From the public policy measures implemented in Haiti in the context of the earthquake that struck the Caribbean country in 2010, are unraveled the intricacies of international relations, racist in essence, that dehumanize the life of the black Haitian people. The text tries to show how racism is at the root of the entire history of international relations of Haiti since its independence in 1804, and as today, the country is still suffering from the same regime. Emphasizing the historical weight of these racist relations, the article insists on questioning the philosophical underpinnings that serve as their justification. In other words, this article sought to capture racism not in his dimension of social marker and individual identity builder, but in its dimension of political element definition of relations between countries.

KEYWORD: Racism, Dehumanization. Haiti.

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi golpeado por um sismo que deixou um balanço dos mais horrorosos: mais de

¹ Doutor em Sociologia pela Unicamp. Professor de Sociologia e Epistemologia na Université d'État d'Haiti. franckseguy2@gmail.com.

300,000 mortos, 300,000 feridos entre os quais 5,000 amputados. Os danos materiais foram avaliados da seguinte maneira: “105,000 residências totalmente destruídas e outras 208,000 irreversivelmente danificadas. Mil trezentos edifícios educacionais, 50 hospitais e centros de saúde desabaram ou são inutilizáveis” (PARDN, 2010, p.7). Sem mencionar 1,5 milhões de desabrigados. Diante de tal quadro, as promessas de ajuda ao Haiti têm-se multiplicado como ervas no mato, deixando os mais ingênuos sonhando com um Haiti reconstruído e recuperado. Mas, à medida que o tempo foi passando, o véu foi caindo e a realidade voltou à tona. Os primeiros migrantes não demoraram para se espalhar pelo mundo, sobretudo em direção não habitual – o Brasil, por exemplo. Hoje já são mais de 38,000 haitianos a entrarem pelas fronteiras brasileiras sem documento, com a “ajuda” de coiotes e outros aliciadores que já lucraram 60 milhões de dólares com o negócio. Sem levar em conta aqueles que entraram de forma regular – já com visto permanente de trabalhador. O racismo com o qual se deparam no “país de todos” que é o Brasil é, para dizer o mínimo, espantoso. O que menos se fala, entretanto, é que uma expressão ainda maior desse racismo vigora dentro do próprio Haiti. Em 2010, o professor brasileiro Ricardo Seitenfus, então Representante Especial do Secretário Geral da OEA e Chefe do Escritório da mesma instituição no Haiti, denuncia o quadro sem meia-palavra:

O país oferece um campo livre para todas as experiências humanitárias. É inaceitável do ponto de vista moral considerar o Haiti como um laboratório. A reconstrução do Haiti e a promessa de 11 bilhões de dólares que fazemos brilhar inflamam muitos interesses. Parece que um monte de gente veio ao Haiti, não para o Haiti, mas para fazer negócios (In. ROBERT, 2010).

Essa oportunidade de fazer negócios tem sido ainda reforçada pela bactéria de cólera importada pela ONU através do contingente militar nepalês da MINUSTAH e diagnosticada 9 meses depois do terremoto, no dia 19 de outubro de 2010. Em pouco tempo, ela se espalhou por todo o território haitiano. No momento em que escrevemos, são cerca de 900,000 pessoas infectadas pelo cólera, das quais umas 9000 perderam a vida. Em uma reportagem realizada sobre essa situação, e publicada na edição de 19 de novembro de 2012, do jornal The Nation, com o título muito invocador de The NGO Republic of Haiti, as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman observaram:

Água limpa sempre foi uma raridade nesse país, e essa raridade é justamente a razão pela qual a epidemia [de cólera] se espalhou tão rapidamente. Enquanto isso, dos 175 milhões [de dólares] requisitados pelas Nações Unidas para ajudar a reduzir a epidemia, menos da metade foi dada. Por sua parte, várias ONGs (entre elas a UNICEF, a Cruz Vermelha inglesa e a William J. Clinton Foundation) lutaram contra a epidemia com campanhas visando informar ao público sobre a importância da higiene – e em seguida realojaram os haitianos em áreas que tinham nem banheiros nem pias para lavar as mãos. Em agosto de 2011, quase um ano depois da introdução do cólera, apenas 12% das tendas colocadas pelas ONGs tinham pias. E somente 7% dos acampamentos tinham acesso à água limpa de acordo com um censo das Nações Unidas, comparados a 48% em março do ano anterior [2010]. Das 12,000 latrinas necessárias, há apenas 4,579, ou seja, 30% que eram funcionais (KLARREICH; POLMAN, 2012).

Isto é, um ano depois do terremoto, a situação humanitária, longe de melhorar, havia piorado e muito. Na verdade, tanto o terremoto quanto o cólera são oportunidades que dão maior destaque ao racismo internacional abertamente praticado no Haiti, pois, ao mesmo tempo em que a vida do povo haitiano beira a desumanização quase total, o trem de vida dos cooperantes internacionais flerta com o mais indecente luxo. Leiamos o que as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman observaram em Porto Príncipe, na reportagem acima citada:

A poucos quilômetros do centro da cidade, encontra-se a Base Logística ou Log Base, o central de negócios das Nações Unidas e seus esforços de reconstrução. Trata-se aqui de outro mundo. Dentro do imenso prédio encontram-se 'trailers' novos, carros de golfe e mais banheiros públicos novinhos de que em qualquer lugar no Haiti. (Log Base não está infetada de micróbios, ou de cólera!) Vasos de flores alinham-se nos corredores, e umectantes derramam gotas d'água refrescantes no terraço de um restaurante cujo cardápio oferece sushi, arroz jasmim, batatas alemãs, pão de queijo brasileiro, shawarmahalal e sorvete Haagen-Dazs. O dólar americano, e não a gurde haitiana, é a moeda básica aqui. [1 dólar = 53 gurdes] (idem.).

Ou seja: dois mundos lado a lado. A luxúria pomposa colidindo com a abjeta miséria. Uma situação que traduz a essência da maneira pela qual a cooperação internacional sempre lidou com o Haiti. As nossas jornalistas o expressam assim:

Logo após o terremoto, Log Base tornou-se o centro nevrálgico dos esforços de reconstrução, o lugar onde organizações de ajuda podiam coordenar suas estratégias de reconstrução. Havia mais de 70 reuniões por semana entre as organizações humanitárias e outros membros interessados. Poucos haitianos têm acesso ao lado de dentro das paredes, para isso, é preciso documentos de identificação e um convite de alguém de dentro – luxo que poucos têm. E quando eles o têm, é para se darem conta de que as reuniões correm em inglês e não em créole ou francês. Quando um comitê de coordenação das ONGs foi montado em julho de 2010 em Log Base, 60 organizações internacionais votaram, mas dado que não tinha ONGs locais, os haitianos não foram representados (Ibid., idem).

“Bem-vindo à República ONG do Haiti, o frágil Estado nascido em decorrência dos esforços de reconstrução após o terremoto”, concluíram as duas jornalistas, com uma ponta de ironia. De um lado estão as milhares de organizações de ajuda que vêm ao Haiti com a totalidade do orçamento da ajuda internacional nas suas contas bancárias (bilhões no total), onde construíram um poderoso Estado paralelo que presta conta a ninguém mais que seus contribuintes e patrões. Do outro lado, estão os representantes do povo haitiano, oficiais eleitos, representantes de organizações da sociedade civil, empresários, que permanecem pobres e abandonados por essas ONGs que vêm para socorrê-los. E entre os dois? O povo haitiano, pobre, desempregado, desabrigado e abalado por esses esforços de reconstrução que frequentemente se esquecem de lhe prestar qualquer ajuda.

Só para ilustrar: uma ONG como a American Red Cross (a Cruz Vermelha Americana) recolheu 500 milhões de dólares em favor da reconstrução do Haiti. Cinco anos mais tarde, ela construiu apenas 6 casinhas habitacionais no bairro Campêche onde desenvolveu o projeto LAMIKA (acrônimo créole de Uma Vida Melhor no meu Bairro). Enquanto isso, a organização pretende ter proporcionado casas para mais de 130,000 pessoas.

Uma das principais características do racismo vigente no Haiti é que ele não precisa se expressar em formas individuais, como está bem claro nos casos acima referidos. Ele reveste formas estruturais e se expressa nas políticas públicas cujas concepções não são desenhadas por haitianos. Quer voluntariamente quer não, essas políticas públicas implementadas no Haiti em formato de intervenções humanitárias carregam em si todos os germes que cedo ou tarde acabam pervertendo suas possíveis e tão escassas realizações. Ao nosso humilde juízo, Lyonel Trouillot (2010) acertou quando percebeu que

A ação humanitária carrega consigo essa contradição de que, ao declarar querer atender problemas emergenciais, ela justifica ao mesmo tempo sua própria existência. A ação humanitária não vem somente para ajudar, também vem para comprovar sua necessidade. Torna-se assim impossível ao humanitário pensar seu desaparecimento.

Ou seja, levando as reflexões para mais longe, podemos afirmar que o racismo se

encontra na gênese onto-epistemológica das políticas em pauta no Haiti. Justamente, como enfatiza Lyonel Trouillot (2010), o humanitário pode até ter parceiros locais, mas de modo algum tem ele iguais. Ele conceitua sozinho as necessidades dos outros. Ele assume sozinho a função autoral. Ele sabe o que vem fazer, o que tem de fazer. Em campo, ele não discute, ele recruta.

O humanitário é baseado na presunção de um *savoir-penser* e um *know-how*, e como toda pretensão que antecede sua prática, está submetido à desobediência do real, seja por se deparar com fatos culturais que não levou em consideração, seja por falta do conhecimento sensível ou da competência social. Situa-se num agir que não pensa as relações, nem sente a necessidade de compreendê-las. Age sobre sociedades, não enquanto sociedades, mas enquanto populações. As 'populações' não são sujeitos históricos. Somente as comunidades são. E a ideia de trabalhar com populações nega às comunidades para as quais trabalha qualquer possibilidade de sanção e avaliação do serviço prestado (Ibidem).

Realmente, o racismo vigente dentro do Haiti não proporciona um campo sequer onde o ator haitiano é tratado como sendo igual ao cooperante. Na concepção do que se deve fazer, a função autoral cabe ao cooperante. Isso já ficou claro. Na função de execução, o ator haitiano também faz figura de peso mosca (*flyweight*) diante dos pesos pesados (*heavyweight*) que são os estrangeiros. O título do relatório da Réseau National de Défense des Droits Humains (RNDDH) "12 janvier 2010 - 12 janvier 2014 : Quatre ans de souffrance avec le spectre d'un sombre avenir/quatro anos de sofrimento com o espectro de um futuro sombrio", divulgado no início do ano passado destacou:

Com a saída das organizações humanitárias internacionais, a corrida dos expatriados parou. Estes, especialistas de todas as categorias, se enriqueceram em detrimento da população haitiana que poderia ter se beneficiado destas atividades geradoras de renda para se recuperar.

[...]

Em detrimento das empresas haitianas de construção, as obras recenseadas neste relatório, foram confiadas a empresas estrangeiras, com preferência acentuada para as empresas da República Dominicana, como se as empresas haitianas existentes não pudessem realizar grandes obras de construção. Ao fazer isso, o governo Martelly / Lamothe reduziu as oportunidades de emprego que poderiam ter beneficiado aos haitianos e abriu o mercado de trabalho, já restrito, a estrangeiros (RNDDH, 2014, p. 12).

Mesmo levando a questão para o seu lado mais individual, o haitiano é tido como de quinta categoria. Hoje, os melhores empregos, em termos salariais, são oferecidos pelas ONGs, com o detalhe de que são concedidos aos cidadãos de países estrangeiros – os haitianos tendo de se satisfazerem com as posições subalternas ou de segunda classe. Por isso, nenhum estrangeiro que deixou seu país a procura de emprego na cooperação internacional no Haiti é tratado como imigrante. É chamado de expatriado. Essas designações são carregadas de fortes pesos semânticos. O imigrante, no geral, é um candidato aos empregos mais precários e degradantes na sua sociedade de acolhimento, enquanto o expatriado é um dominante, um representante de seu país imperialista ou subimperialista numa sociedade periférica. E atua dentro da habitualmente chamada cooperação bi ou multilateral. Por isso, mesmo sem o perceber, o expatriado desempenha um papel altamente político.

Na mesma linha da observação das jornalistas de The Nation, a organização Promundia Medica já havia destacado a lógica ferrenha da cooperação internacional no Haiti. A questão se passa mais ou menos assim:

As reuniões para ajudar os haitianos são conduzidas em inglês ... Os contratos são concedidos às empresas estrangeiras. A ajuda é distribuída a organizações de outros

lugares ... independentemente da sua experiência ...

Aconteceu o que devia acontecer... essas empresas estrangeiras, essas ONGs estrangeiras (todas do 'primeiro mundo') recebem fundos, mas, ignorando tudo do país, terceirizam seu trabalho. Um profissional haitiano qualificado (alias é ele que assessora e executa o trabalho) será pago US\$2 000 enquanto um menino de olhos azuis irá de 'cluster' em 'cluster' onde supostamente se coordena a ajuda (sem jamais conseguir) por um salário três vezes maior. Sim, sim. O salário inicial de um 'internacional' é US\$6 000 (Promundia Medica, 2011).

Isto é, dentro do Haiti, jamais um sócio-profissional nativo, titular apenas de passaporte haitiano, conseguirá um salário igual ao do "internacional" – fosse esse último um menino de 20 anos, de olhos azuis, como se observa cotidianamente no País e tão bem destacado por Promundia Medica. E, hoje, esse fato se tornou norma padrão. Por exemplo, o Comitê Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT, na sigla em francês), logo após o terremoto, elaborou um documento (Haiti Demain, março de 2010) no qual são apresentados os "objetivos e estratégias territoriais para a reconstrução" do País. Seu primeiro item – Transformar a catástrofe em oportunidade – avaliou o drama que golpeou o Haiti como uma oportunidade para o futuro, desde que se saiba articular entre si as diferentes temporalidades: "O tempo de urgência vital; o tempo 'transicional'; o tempo dos projetos estruturantes; e o tempo da transformação social" (CIAT, 2010, p.5). O tempo da transformação social – 20 anos – representaria aquele período em que o Haiti se tornaria um país emergente (em 2030). O capítulo décimo primeiro chama-se "Quels outils pour la reconstruction?/Quais as ferramentas para a reconstrução?". Por incrível que possa parecer, em nível operacional das ferramentas identificadas, o CIAT (2010, p. 67) propõe: "recrutamento com salários internacionais de haitianos da diáspora" (Grifos nossos). Isto é, o haitiano que sai do País para cursar uma pós-graduação no exterior, e que regressa voluntariamente ao Haiti no final do curso, não passa de um imbecil das piores espécies. O haitiano inteligente é aquele que, durante sua pós-graduação no exterior, aproveita para arranjar um segundo passaporte (de estrangeiro) e se fincar de vez na sua terra de adoção. Pois isso pode, num futuro não muito distante, garantir-lhe um salário nobre dentro do Haiti, enquanto seu camarada de turma que, alguns anos atrás, havia feito a escolha de regressar livremente para trabalhar no Haiti, continuará recebendo um salário "nacional", isto é, de quinta categoria. E justamente, no espetáculo da cooperação internacional vigente no Haiti hoje, há bastantes haitianos da dita diáspora que se usam de seus segundos passaportes para trabalharem no Haiti como expatriados, seja na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) ou em outras entidades.

Obviamente, tal atitude é ao mesmo tempo produto e produtora de um agudo complexo de inferioridade. A proposta do CIAT deixou mais claro, caso houvesse dúvidas, que não é apenas o povão que confunde estrangeiro – geralmente branco – com qualidade superior. Nessa altura, caso quisermos prosseguir com as reflexões, poderíamos considerar como o racismo permeia as relações das autoridades haitianas com seus parceiros internacionais.

Logo após o inesquecível terremoto do dia 12 de janeiro de 2010, um dos primeiros reflexos das autoridades haitianas foi a elaboração do chamado Plan d'action pour le relèvement et le développement national d'Haiti/Plano de Ação para Recuperar e Desenvolver o Haiti (PARDN). Por mais curioso que possa parecer, esse plano dito de "desenvolvimento nacional" está endereçado primeiro e sobretudo a que no Haiti vimos desenvolvendo o hábito de denominar de Internacional Comunitária. A primeira frase do documento não deixa lugar para dúvida alguma:

O Plano de ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti que apresentamos aos nossos parceiros da comunidade internacional constitui a expressão das

necessidades a serem atendidas para que o terremoto, que tão cruelmente abalou nosso país, torne-se uma janela de oportunidade para uma refundação do Haiti, segundo a expressão do Chefe do Estado (PARDN, 2010, p. 2).

Dois parágrafos mais abaixo, os autores do documento reforçaram:

O plano que lhes é proposto apoia-se num esforço coletivo de reflexão e consulta. No nível diplomático, diálogos intensos e construtivos permitiram sensibilizarmos-nos a respeito das expectativas dos nossos parceiros internacionais e explicarmos-lhes as nossas escolhas para o futuro (Ibid.).

Todo leitor haitiano sabe que, nesse trecho, a própria expressão “as nossas escolhas” não passa de farsa. Falar em escolha, com efeito, sugere a ideia de que os dirigentes haitianos teriam se encontrado frente a uma variedade de possibilidades e que as teriam analisado com toda liberdade até decidir adotar a mais conveniente. É uma declaração que não ilude de maneira alguma nenhum haitiano minimamente sensato que sabe muito bem que, nos fatos, o Haiti já deixou, há anos, de ser um País soberano.

O que o PARDN está tentando vender, na verdade, é a ilusória “comunidade ideal de comunicação” de Habermas. Como se as sólidas relações socioeconômicas e políticas de poder que estiveram envolvidas no processo de condicionamento dessa comunicação humanitária em contexto pós-terremoto pudessem se silenciar para dar lugar a um genuíno diálogo entre iguais. E tudo isso, em nome de uma suposta “ética de discussão” e por amor à “verdade” – verdade essa que, seja dita de passagem, só é possível encontrar “por meio de procedimentos de argumentação [dialógica] que nos obrigam a adotar o ponto de vista do outro” (Habermas 2007, p.4). Assim, o resultado imposto do diálogo viciado que resultou no PARDN passou a ser chamado de “esforço coletivo de reflexão e consulta”, ou seja, consenso. A pura verdade é que as expectativas contempladas são as “dos nossos parceiros internacionais”.

Isto é, o peso da Internacional Comunitária no Haiti é tal que se torna impossível entender a realidade haitiana hoje em dia, sem integrar nas análises as instituições econômicas e políticas internacionais e suas ferramentas ideológicas. No mesmo ano 2010, o Sistema das Nações Unidas no Haiti elabora o UN Integrated Strategic Framework for Haiti/Quadro Estratégico Integrado das Nações Unidas para o Haiti, documento no qual se pode ler: “As atividades da ONU serão alinhadas sobre as prioridades do Plano de ação nacional do Haiti para a recuperação e o desenvolvimento” (p. 8) entre outros.

Outra observação: enquanto o documento propõe um “plano de recuperação e desenvolvimento nacional”, cabe destacar que sua maior preocupação é atender “as expectativas dos parceiros internacionais”. E, para atingir suas metas de desenvolvimento nacional, o PARDN “propõe a criação de uma comissão temporária para a reconstrução do Haiti e que, no momento oportuno, tornar-se-á a Agência pelo Desenvolvimento do Haiti assim como um Fundo Fiduciário Multi Doadores (...)” (p. 5). Para medir a importância dessa proposta, é preciso saber que a Comissão temporária para a reconstrução do Haiti (CIRH, em francês) era co-dirigida pelo ex-presidente estadunidense Bill Clinton, que já tinha sido presente no Haiti a título de Emissário especial do Secretário geral das Nações Unidas. Quanto à administração do Fundo Fiduciário Multi Doadores (FFMD), ela é confiada ao Banco Mundial, a pedido do Haiti (p. 55). Para entender o que está envolvido nesse processo, basta ler no artigo das referidas jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman do The Nation, a seguinte descrição:

[...] Quando as ONGs chegaram após o terremoto, discursos ecoavam sobre o respeito das necessidades dos haitianos e o escuto do que eles tinham para levar à mesa [de discussão]. Durante a conferência internacional dos doadores, 'Towards a new Future for Haiti' (Rumo a um futuro novo para o Haiti) do dia 31 de março de 2010, 11 semanas após o sismo, 5,3 bilhões de dólares foram prometidos para a reconstrução do Haiti durante um período de dois anos. Também concordaram em

trabalhar com o governo haitiano de modo a seguir os princípios de ajuda eficaz e humanitária que servem de lições adquiridas no passado. Criaram o Interim Haitian Reconstruction Commission (IHRC), ou seja, a comissão interina de reconstrução, também conhecida como a comissão Clinton, de acordo com a figura célebre que devia ajudar a fazer exatamente isto.

Mas à medida que chegava o dinheiro, menos esse sonho de parceria feliz parecia se concretizar. Desde o início, as ONGs têm seguido suas agendas e prioridades pessoais ignorando o governo e a sociedade civil haitiana. Na primeira corrida apressada à ajuda, 1% das doações chegou às mãos do governo, e somente 1,8% dos fundos de reconstrução vindo de outros países foi distribuído para um orçamento adequado. As ONGs haitianas receberam apenas 0,4% da ajuda internacional. Cerca de dois terços do que resta – dos bilhões – permanece nos cofres dos tesoureiros das organizações que ali estavam presentes antes do terremoto: ONGs internacionais, o Banco Mundial, a ONU, o BID e outras empresas de construções e consultas ocidentais.

O dinheiro que conseguiu chegar aos haitianos financiou projetos que não atendem as necessidades dos haitianos. O problema não é que os fundos têm sido desperdiçados ou mesmo roubados, até por que às vezes é o caso, mas o essencial da ajuda não foi gasto no que era mais necessário (op. cit.).

Quer dizer, nem mesmo como parceiros, a Internacional Comunitária não tratou o governo haitiano e sua sociedade civil. No entanto, tratar com o Haiti de modo racista e desumano não é algo de apenas hoje.

As raízes históricas da desumanização do Haiti

No início do século XX, antes da primeira invasão militar do País, um subsecretário do Estado norte-americano, William Philipps, declarou em relação aos haitianos: “Trata-se de um povo inferior, incapaz de manter o grau de civilização que deixaram-lhe os franceses ou de desenvolver a aptidão mais mínima à autonomia que dar-lhe-ia direito ao respeito e à confiança da comunidade internacional” (apud CHOMSKY, 2006). Depois de ter citado essa proclamação feita sem meias-palavras nem sequer minimamente preocupada com o politicamente correto vigente nos tempos de hoje, Noam Chomsky acrescenta o seguinte comentário:

Poucas palavras precisam ser desperdiçadas acerca da civilização deixada a 90% da população [haitiana] pelos franceses, os quais, como relatou um ex-escravo, ‘penduravam as pessoas de cabeça para baixo, afogavam-nas em sacos, crucificavam-nas sobre tábuas, enterravam-nas vivas, esmagavam-nas em almofarizes [...], forçavam-nas a comer merda, [...] descartavam-nas vivas para serem devoradas pelos vermes, ou em formigueiros, ou ainda prendiam-nas firmemente em estacas em pântanos para serem devorados pelos mosquitos, [...] lançavam-nas em caldeirões ferventes de xarope de bengala’ – isto, quando ‘não esfolavam-nas com chicotadas’ a fim de extrair a riqueza que contribuiu para dar à França o seu ingresso no clube dos ricos (CHOMSKY, 2006).

No entanto, o julgamento circular do subsecretário de estado conferiu-lhe bastante autoridade para preconizar “uma política de invasão e instauração de um governo militar norte-americano, uma ideia que o presidente Woodrow Wilson adotou logo” (CHOMSKY, 2006), em 1915, quando, sem nenhuma forma de tergiversação, simplesmente decidiu ocupar militarmente o Haiti.

Eduardo Galeano observa que “a história dos assaltos contra o Haiti que toma um virar bem trágico nos dias de hoje, constitui também uma história do racismo na civilização ocidental”. É ciente disso que, mais de uma década antes dele, Chomsky já tinha alertado para não cometer a ingenuidade de não levar em conta o elemento do racismo na elaboração das políticas, ainda nos dias atuais.

E, no caso do Haiti, é justamente na elaboração das políticas que o racismo

encontra um campo livre para se expressar. Por exemplo, em janeiro 2009, o Secretário geral da Organização das Nações Unidas delegou ao Haiti um emissário a fim de estudar as possibilidades de “lançar o desenvolvimento econômico” do País, atropelado pela passagem de quatro furacões em 2008. O relatório deste estudo é conhecido no Haiti como “Rapport Collier”, do nome de Paul Collier, professor de economia da Oxford University, que redigiu aquele relatório. Dentro das estratégias propostas pelo relatório Collier para garantir a segurança econômica do Haiti, encontram-se “a reconstrução da infraestrutura e a expansão das zonas francas” (COLLIER, 2009, p. 9). Porém, a “reconstrução” apelada por este relatório quer apontar para “uma estratégia realista” (p.8). Esse realismo por sua vez se expressa na performativa seguinte: não é economicamente racional tentar desencravar as regiões montanhosas do Haiti ao construir uma infraestrutura ligando populações espalhadas nestas regiões. Além de caro do ponto de vista da manutenção, o País não teria capacidade de assumir um cargo tão pesado (COLLIER, 2009, p. 10).

Ou seja, na leitura do economista da Oxford, melhor deixar essas populações vis e sem nenhuma importância econômica, dispersadas e espalhadas nas montanhas, na maior precariedade possível, sem nenhum meio de comunicação sequer nem entre si nem com o restante do País! Collier olhou pelas regiões montanhosas do Haiti e não vislumbrou nenhum sujeito histórico. Apenas populações. Por isso, não se preocupa com eventualidade nenhuma de, num dia futuro, ter de prestar conta. Por isso, acredita ele que “é muito mais fácil e rápido estabelecer as infraestruturas e serviços dos quais precisa a indústria criando pólos de excelência invés de tentar melhorar estas infraestruturas no conjunto do país” (Ibid., p. 12). Isto é, a dita estratégia realista do emissário da ONU não está nada preocupada em oferecer condições de vidas dignas e humanas a haitianos.

(...) Do ponto de vista do acesso ao mercado – elemento importante – o Haiti é hoje o lugar de produção mais seguro do mundo no sector do vestuário (...).

No setor de vestuário, o custo principal é o da mão de obra. O Haiti sendo relativamente pouco regulamentado, o custo da mão de obra aguenta perfeitamente a concorrência com a China, que constitui a referência padrão. A mão-de-obra haitiana não somente é barata, também é de qualidade. Com efeito, dado que a indústria do vestuário já foi anteriormente muito mais desenvolvida do que o é atualmente ali, o Haiti dispõe neste setor de uma importante reserva de mão de obra experiente (Ibidem. Grifo do autor).

Ao ver o modo como Paul Collier se refere à mão-de-obra haitiana como barata dá a impressão de que se trata de um fato natural. O que ele evita dizer é que o barateamento da assim chamada mão de obra haitiana resulta de um processo na base do qual se encontra o racismo descarado.

Logo proclamada sua independência, o Haiti já se tornou objeto de desejos e rivalidades entre as quatro grandes potências da chamada “comunidade internacional”: França, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. O historiador Leslie Manigat (2004, p. 244), numa análise da conjuntura de 1910-1911, nota que um dignitário haitiano da época suspeitava a Alemanha e a França de “um conjunto de planos para uma ocupação disfarçada do país”. Esses dois Países, no entanto, adversários obstinados desde 1870, não tiveram dificuldades para trabalharem juntos quando se tratava de Haiti. Do mesmo modo, o governo inglês também tinha decidido pôr entre parênteses suas rivalidades com os Estados Unidos para se alinhar à política norte-americana no Haiti. A seguinte nota enviada pelo governo inglês confirma o perfeito casamento: “A Inglaterra não mais enviará navios de guerra nas águas de Haiti, exceto para proteger os interesses americanos” (Ibid. p. 246).

O mesmo Manigat cita um documento de arquivo de 1909, firmado pelo embaixador francês no Haiti, no qual, o interessado se dirige ao Quai d’Orsay na seguinte forma: “Os verdadeiros adversários dos Estados Unidos no Haiti não eram os franceses, mais

os alemães” (Idem, p. 245). Não se tratava de mera declaração de beligerantes à tendência belicosa. Foram os próprios estadunidenses que haviam chegado a essa conclusão retomada pelo embaixador francês.

Uma estimativa do oficial do Departamento do Estado Americano feita em 1914 mostrava que [a colônia alemã] controlava 80% do comércio haitiano, possuindo filiais de empresas alemãs administrando serviços públicos como eletricidade em Porto Príncipe e Cabo Haitiano, as linhas de tramway em Porto Príncipe e a sociedade de ferrovias do Cabo Haitiano, sem mencionar o monopólio do cais de Porto Príncipe (BERNARD, 2011, p. 42).

Ou seja, o Haiti nunca pertenceu aos haitianos. Pior, no seu próprio território, os haitianos nunca foram considerados um real interlocutor. O Haiti não passa de um campo de jogos de interesses das grandes potências do mundo moderno/colonial que disputam entre si o controle do Planeta.

Entre as diferentes razões pelas quais o Haiti era objeto de tantas cobiças, o historiador Leslie Manigat (Ibidem, p. 246-7) destaca:

1. Sua posição geoestratégica no caminho ao canal de Panamá, com o cais [Môle] Saint-Nicolas considerado “o Gibraltar do Novo Mundo”;
2. a necessidade de transformação econômica do Haiti (sua liberalização) e de cumprimento do seu papel na divisão internacional do trabalho;
3. o controle do seu comércio exterior;
4. sua dívida externa;
5. A necessidade de comprovar que uma república negra é incapaz de se autogovernar.

Esse último ponto parece ser a regra transversal para tratar com o Haiti. Em 1917, na ocasião de uma visita ao Haiti já ocupado pelos Estados Unidos, o subsecretário do Estado da Marinha, Franklin Delano Roosevelt, registrou no seu diário íntimo um comentário de seu companheiro de viagem, o qual se tornou depois o principal responsável civil das forças invasoras. Fascinado pelo ministro haitiano da Agricultura, o companheiro de Roosevelt disse-lhe o seguinte: “não consigo deixar de dizer para mim mesmo que este homem poderia ser vendido \$1 500.00 num leilão de Nova Orleans em 1860, para ser usado como garanhão”. E Chomsky, citando o historiador norte-americano Schmidt, acrescenta: “Parece que Roosevelt gostou da história e contou-a de novo ao ministro americano Norman Armour quando da sua visita ao Haiti como presidente em 1934”.

Racismo e modernidade

Essa maneira de tratar com um povo negro faz parte da essência da civilização moderna. Na contracapa da versão francesa de seu livro *La raison dans l'histoire*, apresentado como “o centro da filosofia hegeliana, no qual se baseia todo pensamento moderno” (grifo nosso), um filósofo como Hegel (2006 [1831], p. 231) considera que “no Novo Mundo (...), o que aconteceu no tempo moderno, é que, embora o país atlântico tivesse tido uma civilização própria quando ele foi descoberto pelos europeus, esta civilização foi destruída logo depois desse primeiro contato: a submissão do país assinou sua perda”. No entanto, não é tanta culpa dos europeus, até porque “tratava-se de uma civilização completamente natural e que, portanto, devia desagregar-se no primeiro contato com o Espírito” (Ibid., p. 232). Por Espírito, entende-se aqui, obviamente, a civilização europeia. E nem havia alternativa, dado que “a inferioridade daqueles indivíduos em todos os aspectos, até pela altura, se mostra em tudo (...). Mesmo nos animais, encontra-se a mesma

inferioridade vista nos homens” (Ibidem, p. 232-3). Dito de outra maneira, os povos nativos das Américas não sobreviveram, pois não mereciam viver! Seleção natural apenas!

Na parte do livro que trata dos povos negros, Hegel é franco e direto: “O continente África não é muito interessante do ponto de vista da sua história, mas pelo fato de que lá, vemos o homem em um estado de barbárie e de selvageria que lhe impede **ainda** de fazer parte integrante da civilização” (HEGEL, 2006, p. 247. Grifo nosso).

Na frase de Hegel, é óbvio que a palavra “ainda” sugere a ideia de que a participação do Continente África na “civilização” não chegaria antes da intervenção ocidental. Por isso, é que a missão “civilizatória” neste Continente cabe aos pregadores da modernidade. Com a mais óbvia naturalidade, Hegel proferiu:

Nesta parte principal da África, não pode haver história propriamente dita. O que acontece lá é uma série de acidentes, de fatos surpreendentes. Não existe aqui uma finalidade, um Estado que poderia constituir um objetivo. Não existe uma subjetividade, mas apenas uma massa de súditos que se destroem (Ibid.).

É claro que sem a injeção de ideias como as de Hegel que divide a humanidade em raças para desumanizar uma parte dela com base na cor da pele, teria sido praticamente impossível justificar a colonização e a escravização tanto aos olhos do povo colonizador como aos do povo colonizado. Walter D. Mignolo resume isso em uma frase: “A colonização do ser consiste em nada menos que gerar a ideia de que certos povos não formam parte da história, de que não são seres” (MIGNOLO, 2007 p. 30). Exatamente isso é que Hegel afirma nas linhas seguintes:

De maneira geral, devemos dizer que, na África interior, a consciência não chega à intuição de algo solidamente objetivo, de uma objetividade. [...] Os africanos, por enquanto, ainda não chegaram a este reconhecimento do universal. [...] O homem, na África, é o homem na sua imediação. O homem como homem se opõe à natureza e assim se torna homem. [...] **O negro representa o homem natural em toda sua barbárie e falta de disciplina. [...] Não se pode encontrar nada no seu caráter que combina ao humano** (HEGEL, 2006 p. 250-251, grifo nosso).

Não se pode inventar maior justificativa para a desumanização! Enquanto isso, esse cinismo já não é mais monopólio de Hegel. Nesse exato ponto, o discurso de Victor Hugo sobre a África é bastante revelador. Esse discurso, pronunciado na ocasião do 31º aniversário da abolição da escravidão, em Paris, no dia 18 de Maio de 1879 (quem se lembrou de que a escravidão havia sido abolida no Haiti desde 1791?), desvela o que significa para o Ocidente modernizar o mundo:

Chegou a hora de dar ao velho mundo esta advertência: é preciso ser um novo mundo. Chegou a hora de chamar a atenção da Europa, de que ela tem ao seu lado a África. Chegou a hora de dizer as quatro nações de onde vem a história moderna, a Grécia, a Itália, a Espanha, a França, que elas ainda estão lá, sua missão se modificou sem mudar, elas ainda têm a mesma situação responsável e soberana na beira da Mediterrânea, e que, se acrescentar-se um quinto povo, aquele que foi vislumbrado por Virgílio e mostrou-se digno desse grande olhar, a Inglaterra, temos, praticamente todo o esforço do antigo gênero humano rumo ao trabalho, que é o progresso, e para a unidade, que é a vida (Grifo nosso).

No mesmo discurso, Victor Hugo acrescenta que “o Mar Mediterrâneo é um lago de civilização; com certeza, não é por acaso que o Mar Mediterrâneo tem por um lado das suas margens o velho universo e no outro o universo ignorado, isto é, de um lado toda uma civilização, e do outro toda uma barbaridade” (Grifo nosso). Bom! Não pode haver dúvida acerca do que está em cada lado, posto que:

[...] A Ásia tem a sua história, a América tem a sua história, a própria Austrália

tem a sua história que data do seu começo na memória humana; a África não tem história; uma espécie de legenda vasta e escura a embrulha. [...] Esta África selvagem tem apenas dois aspectos: povoada, é a barbaridade; deserta, é a crueldade, mas não se esconde mais. [...] No século dezenove, o Branco fez do Negro um homem; no século vinte, a Europa fará da África um mundo. Refazer uma África nova, tornar a velha África manejável à civilização, tal é o problema. A Europa o resolverá. Vão, Povos! Apropriem-se desta terra. Tomem-na. A quem? A ninguém. Tomem esta terra a Deus. Deus dá a terra aos homens. Deus dá a África à Europa. Tomem-na (Grifos do autor).

Essas declarações bastariam por si só. Mas, sabendo que alguns têm uma capacidade que nós afrodescendentes feitos negros, não temos, – a capacidade de colocar distância entre seu ser e sua história, e de levar à história o olhar sereno e frio, isto é, do branco (SALA-MOLINS, 2008, p.18); sabendo que para alguns, 1879 é muito distante, que essa pretensa distância e as mudanças superficiais ocorridas no intervalo poderiam servir de álibi para tentar situar Victor Hugo no passado como se o presente fosse diferente, precisamos chamar a atenção sobre a atualização desse discurso no século XXI. Com efeito, em 26 de julho de 2007, durante sua primeira viagem ao Senegal, o então presidente da França, Nicolas Sarkozy, sem nenhum pingô de hipocrisia, num discurso competente, expressa o espírito de seu tempo, clamando a sua vontade de mudar o estado de inferioridade em que se encontra ainda o africano: “O drama da África é que o Homem africano ainda não tem entrado bastante na história”.

O pronunciamento de Sarkozy proferido no muito simbólico recinto da Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar, obriga os intelectuais contemporâneos que consideram anacrônico criticar o racismo de um Hegel ou um Victor Hugo pelo simples fato de eles serem do século XIX a rever seus (pré)conceitos. Se assim fosse, pois, até a crítica ao próprio ex-presidente francês de 2007 mereceria ser desqualificada como anacrônica. A acusação de anacronismo lançada contra qualquer crítica ao racismo dos civilizadores coloniais/modernos do século XIX se parece bastante, na verdade, com um argumento de autoridade, uma tentativa desesperada de limpeza de consciência por parte de filhos envergonhados por carregar uma maldita herança dos pais mesmo estando usufruindo dela. A ontologia do ser social, desenvolvida pelos revolucionários haitianos, no final do século XVIII, e que serviu de matéria-prima para a elaboração da dialética de próprio Hegel, mostra que nunca houve nenhuma fatalidade histórica predestinando qualquer ator sequer do século XIX a ser racista. A ideologia racista, na verdade, não perdeu nem um til de sua soberba. Permanece intacta até os dias de hoje, embora tenha mudado de retórica.

Considerações finais

No que diz respeito às relações étnico-raciais, o Haiti é marcado, sobretudo pela forma como os países que hoje se autodenominam seus amigos têm se utilizado do elemento do racismo para tratar com ele. E todas as políticas públicas, em todas as épocas, sempre tiveram alguma coisa a ver com o racismo. De sorte que podemos afirmar sem sombra de dúvida que essa invenção do mundo ocidental – o racismo – tem feito do Haiti o que ele é.

O trabalhador haitiano se encontra hoje numa situação tão crítica que ele está pronto a buscar sua sobrevivência em qualquer outra terra, a qualquer preço. Uma música haitiana bem inspirada traduz o fato: “(...)Eu prefiro ser engolido por um tubarão /Em vez de ser embrulhado e sepultado/Por uma nuvem de poeira (...)/Eu prefiro encontrar a morte ao buscar a estrada da vida/ Em vez de esperar parado que ela vem me segar assim/ De olhos fechados”(Wooly Saint-Louis Jean (Kilé n ap di ase ?). De vez em vez saem notícias sobre as condições desumanas em que alguns deles estão sendo escravizados na República

Dominicana, nas Bahamas... Ou no Brasil.

Diante da veleidade dos trabalhadores haitianos em fugirem do seu País, os observadores apressados e preguiçosos acreditam que “enquanto o sonho mais querido dos haitianos será tão somente de conseguir um visto para o estrangeiro, nenhuma recuperação será possível”. Mas a verdade é que, enquanto os poderosos blancs da Internacional Comunitária continuam acreditando que, por serem negros, os haitianos são incapazes de se autodirigirem; enquanto esses blancs seguem se dando o direito de “reconstruir” o Haiti no lugar dos haitianos em vez de ajudá-los a reconstruí-lo; enquanto seguem tratando os haitianos como subcontratantes e subempreiteiros na reconstrução de seu próprio País, os haitianos seguirão sonhando ao visto para o estrangeiro e nenhuma recuperação será possível no Haiti.

Notas

²A República ONG do Haiti. Todas as traduções desse artigo, do inglês ao português são nossas.

³Conferir: <https://www.propublica.org/article/how-the-red-cross-raised-half-a-billion-dollars-for-haiti-and-built-6-homes>. Acesso em: 5 jun. 2015.

⁴ Em se tratando do papel das ONGs no Haiti, o diplomata brasileiro, Ricardo Seitenfus, Representante Especial do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Chefe do Escritório da mesma no Haiti, está na posição ideal para saber o que fazem as ONGs dentro do País. Na entrevista acima referida ao jornal suíço *Le Temps*, em dezembro de 2010, ele resume a situação assim: “Desde o terremoto, o Haiti tornou-se uma encruzilhada incontornável. Para os ONGs transnacionais, o Haiti tem-se transformado em um lugar de passagem obrigatória. Eu diria ainda pior que isso: de formação profissional. A faixa etária dos cooperantes que chegaram depois do terremoto é muito baixa; eles desembarcam no Haiti sem nenhuma experiência. Enquanto isso, o Haiti, posso lhe garantir, não é propício aos amadores. Depois do 12 de janeiro, por causa do recrutamento maciço, a qualidade profissional tem diminuído muito. Existe uma relação malfélica ou perversa entre a força das ONGs e a fraqueza do Estado haitiano. Algumas ONGs existem somente por causa do infortúnio haitiano”.

⁵Criado por deliberação do Primeiro Ministro em 30 de Janeiro de 2009, o Comitê Interministerial de Ordenamento do Território (CIAT), é presidido pelo Primeiro Ministro, e reúne os seguintes Ministérios: Ministério do Interior e das Coletividades Territoriais, Ministério da Economia e das Finanças (da Fazenda), Ministério da Planificação e da Cooperação Externa, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ministério do Meio Ambiente. O CIAT tem como missão definir a política do governo no quesito de ordenamento do território, proteção e gestão das bacias hidrográficas, de gestão da água, do saneamento, do urbanismo e do equipamento. Essa instituição foi criada em resposta a uma constatação alarmante e à necessidade de ações coerentes e coordenadas em matéria de ordenamento do território.

⁶O conceito de **Internacional Comunitária** é uma criação inovadora de Jean Anil Louis-Juste, assassinado por causa da sua militância política poucas horas antes do terremoto de 12 de janeiro. O professor Louis-Juste formalizou esse conceito na sua tese de doutorado, apresentada no programa de pós-graduação em Serviço social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2007, com o título: *Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade. Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti*. O conceito foi chunhado para designar as instituições tanto nacionais quanto internacionais e seu complexo ideológico-político chamado de “Comunidade Internacional”: “A Internacional Comunitária forma o conjunto das organizações e instituições nacionais e internacionais que aplicam a política do capital globalizado sob a forma de especulação financeira. Abrange tanto as instituições da ONU quanto as ONGs locais e estrangeiras que militam contra a associação voluntária dos trabalhadores, das minorias, das mulheres, dos indígenas etc.” (Louis-Juste, 2003a).

⁷Em outro texto publicado dois meses antes, Louis-Juste caracterizou assim a Internacional Comunitária: “A ditadura comunitária do mercado domina o mundo. Na América, os Estados-Unidos projetam estabelecer até 2005, uma zona de livre comércio do Alaska até a Terra de Fogo (Argentina). A Europa dos 12 já se ampliou e vai engolindo a Europa de Leste e a Europa central a partir de 2004. Na Ásia, o processo de consolidação da ditadura comunitária do mercado é mais tímido, em razão de fortes resistências culturais e políticas que se expressam no nordeste asiático. Instituições do sistema das Nações Unidas como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio aplicam essa política ditatorial ao impor o novo padrão do capital 'globalizado'; nas regiões periféricas, um banco de desenvolvimento como o BID,

está encarregado de dirigir a política educacional que molda as subjetividades necessárias ao prosseguimento do objetivo de reprodução e expansão do capital. A verdade é que a ideologia de comunidade serve como argumento para o controle do corpo e da mente dos dominados. A Europa comunitária, a América continental etc. escodem o objetivo do capital em subordinar todas as dimensões da vida do homem a seu benefício. A Internacional Comunitária tem portanto seus próprios órgãos econômicos (FMI, Banco Mundial, OMC e filiais regionais), sua própria instância política (o G-8 que tende a se ampliar) e suas ferramentas ideológicas (meios de comunicação de massa, ONGs etc.). A Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de segurança têm defendido politicamente os interesses do capital através de votos e resoluções que permanecem letra morta quando se trata de adornar a vigilância dos povos em luta. **A comunidade Internacional é, portanto, uma falsificação mais ou menos velada da Internacional Comunitária, para melhor legitimar a dominação exercida pelo capital sob o pretexto de desenvolvimento.** Quando a guerra de baixa intensidade se revela ineficaz na política de imposição de capitais hegemônicos, a Internacional Comunitária envolve as suas armas mais destrutivas como no Iraque, no Afeganistão, no Haiti etc. Os dois tipos de guerra visam a aniquilação da vocação ontológica do homem em ser o sujeito da sua história” (Louis-Juste, 2003b)”.

⁸ Entre outros, seus livros *A Ética da Discussão e a questão da Verdade* (2007), *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada* (2002) e seus dois volumes de *Teoria do agir comunicativo* (2001) advogam todos a favor do uso da argumentação, da razão ou da racionalidade como meio de convencimento na esfera pública.

⁹ Além da missão de estabilização (a MINUSTAH), integram o famigerado Sistema das Nações Unidas no Haiti: as agências de desenvolvimento e as humanitárias. São ao todo 18 organizações. A sua lista assim também suas áreas de intervenção no Haiti podem ser acessadas aqui: <http://www.onu-haiti.org/agencies-partners/>. Acesso: 26 jan e 2014.

¹⁰ Havíamos destacado em outro contexto (ver: Para compreender a recolonização do Haiti, Revista Outubro, n. 22, 2º semestre de 2014, pp.78-108) que, na política e nas relações internacionais, a soberania nunca é adquirida uma vez para sempre; ela se merece. E, no caso de Haiti, o critério para ter direito ao respeito da Internacional Comunitária sempre pareceu ser a aptidão à ocidentalização. Até por que faz todo sentido a pergunta de Frei Betto (2010): “Findas as ações emergenciais, quem haverá de reconhecer o Haiti como nação soberana, independente, com direito à sua autodeterminação?”.

¹¹ Ver Haiti: Los pecados de Haiti”. 20 jan. 2010. Disponível em: <http://servindi.org/actualidad/opinion/21526>.

¹² Contudo, a invasão de 1915 é o resultado de rivalidades acirradas entre os quatro imperialismos pelo controle do país. Caracterizando essa época, sobretudo o período 1870-1910, o historiador Leslie F. Manigat explica: “É a grande época a nível mundial, do imperialismo com a separação do mundo entre as grandes potências. A França se agarra a sua preponderância no Haiti, a Alemanha recém-chegada na pedreira afro-asiática, faz incursões interessadas à obtenção de uma base de abastecimento em carvão no Haiti e ao estabelecimento de uma forte penetração econômica, financeira e estratégica no país. Mas os Estados Unidos já deram o tom. A hegemonia hemisférica e, enquanto isso, o controle do mar dos Caribes com as ilhas que o cercam. O Haiti encontra-se no coração desta área cobiçada. A batalha pelo controle do Banco Nacional acabou finalmente, contra toda aparência, numa vitória americana decisiva” (MANIGAT, 2003, p. 153).

¹³ Em 2011, por ocasião do congresso anual da Société Québécoise de Sciences Politiques (SQSP), do qual participamos como expoente, uma das temáticas em discussão era “*la mise en place de normes institutionnelles dans les sociétés en conflit* / Instaurando normas institucionais nas sociedades em conflito”. Para além das ementas, a chamada estabeleceu em rodapé uma listagem de países em conflito: Haiti (1991-), Geórgia e Ossétia do Sul (1992-), Bósnia-Herzegovina (1995-), Croácia (1996-), Kosovo (1999), Servia e Monte Negro (2001-), Timor oriental (2002-), Etiópia e Eritreia (2000-), Burundi (2004), República democrática do Congo (1999-), República da África Central (2002-), Costa do Marfim (2004-), Libéria (2003-), Serra Leoa (1999-), Afeganistão (2003-), Iraque (2003-). Primeira anotação: o conjunto de países selecionados como sendo em conflito encontra-se seja no continente africano, no Oriente médio ou no Leste europeu, menos no Haiti localizado no Caribe. Isto é, os países nos quais a retórica política dominante da Internacional Comunitária desempenha suas intervenções civis e militares se localizam fora da Europa e da América. Quer dizer fora do epicentro de controle da economia e da política planetárias. Assim, a questão colocada na chamada de comunicação da SQSP: “*Em que medida a tomada e aplicação das decisões sem nenhuma deliberação ou negociação coletiva contribuem ou não a criar nas populações destinatárias um sentimento de indiferença ou mesmo de frustração?*” não questiona uma exceção ou um erro, ainda menos uma negligência. Trata-se da norma das intervenções da Internacional Comunitária de passar por cima da soberania nacional dos povos. Poisnã há como intervir na vida de um povo e se manter sem humilhá-lo sistematicamente. Sem contar que a ONU não passa de uma instituição a serviço do imperialismo.

¹⁴ “Em 1914 (...), mais de 44% dos recursos haitianos em dinheiro eram dedicados a financiar o serviço da dívida

externa". (GAILLARD, 1990, p. 108). Essa dívida, cabe lembrar, origina-se do vergonhoso tributo pago à França depois da Independência para aceitar que os haitianos pudessem existir livremente no cenário das nações. Finalmente, o National City Bank of New York, em 1922, comprou a dívida haitiana, o que acabou com a preponderância francesa, consagrando definitivamente, ao passo, a preponderância estadunidense. Isto é, o regaste da dívida atrelou de vez o Haiti na dependência dos EUA.

¹⁵Se as palavras citadas por Péan forem feias, depois das negociações em torno do pagamento do vergonhoso tributo mal chamado de "dívida da Independência", o ministro francês da Marinha e das Colônias teria recomendado a um dos seus militares de: "Fazer entender ao presidente Boyer, caso manifestasse o desejo de haver um Cônsul Geral em Paris, a conveniência de nomear a este fim um homem cuja cor da pele se diferenciasse o menos possível da dos europeus; ou melhor, ainda, de conferir esse título assim como as funções decorrentes, a um francês recomendável pela sua posição social e que teria um acesso fácil junto do governo do Rei" (PEAN, 2000, p. 241).

¹⁶As partes traduzidas são extraídas da versão original em francês: Victor Hugo et l'Afrique ou le mépris paternaliste. Disponível em: <http://www.africultures.com/php/?nav=murmure&no=6206>. Acesso 03 mar. 2014.

¹⁷O discurso de Sarkozy, de aproximadamente 50 minutos, é doravante removido do site oficial do governo francês elysee.fr onde aparece a mensagem "Page non trouvée". No entanto, está disponível no site afrik.com via o seguinte link: <http://www.afrik.com/article/12199.html>. Acesso: 03 mar. 2014. Sua parte mais marcante é a seguinte "[...] **Le drame de l'Afrique, c'est que l'homme africain n'est pas assez entré dans l'histoire.** Le paysan africain, qui depuis des millénaires, vit avec les saisons, dont l'idéal de vie est d'être en harmonie avec la nature, ne connaît que l'éternel recommencement du temps rythmé par la répétition sans fin des mêmes gestes et des mêmes paroles.

Dans cet imaginaire où tout recommence toujours, il n'y a de place ni pour l'aventure humaine, ni pour l'idée de progrès. **Dans cet univers où la nature commande tout, l'homme échappe à l'angoisse de l'histoire qui tenaille l'homme moderne mais l'homme reste immobile au milieu d'un ordre immuable ou tout semble être écrit d'avance.**

Jamais l'homme ne s'élance vers l'avenir. Jamais il ne lui vient à l'idée de sortir de la répétition pour s'inventer un destin. Le problème de l'Afrique et permettez à un ami de l'Afrique de le dire, il est là. Le défi de l'Afrique, c'est d'entrer davantage dans l'histoire. C'est de puiser en elle l'énergie, la force, l'envie, la volonté d'écouter et d'épouser sa propre histoire.[...]"

¹⁸Ver Susan Buck-Morss, BUCK-MORSS, Susan. *Hegel and Haiti: Critical Inquiry*. Vol. 26, No. 4. (Summer, 2000)

REFERÊNCIAS

BERNARD JÚNIOR, Joseph. **Histoire de la colonie allemande d'Haiti**. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 2011.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel and Haiti: critical inquiry*. **Summer**. Vol. 26, No. 4, 2000. p.821-865. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1344332?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents

CHOMSKY, Noam. **Year 501: the conquest continues**. Boston: South End Press, 1993.

COLLIER, Paul. **Haiti: des catastrophes naturelles à la sécurité économique**. Rapport au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies. Disponível em: http://www.haitimonde.com/capsules/IMG/pdf/Collier_Rapport_sur_Haiti.pdf. Acesso em: 22 jan. 2010.

ELLIOTT, Justin; SULLIVAN, Laura. **How the Red Cross Raised Half a Billion Dollars for Haiti and Built Six Homes. Even as the group has publicly celebrated its work, insider accounts detail a string of failures**. Disponível em : <https://www.propublica.org/article/how-the-red-cross-raised-half-a-billion-dollars-for-haiti-and-built-6-homes>.

GAILLARD, Gusti-Klara. **L'expérience haïtienne de la dette extérieure**. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 1990.

GALEANO, Eduardo. **Haiti: los pecados de Haití**. 20 jan. 2010 [1996]. Disponível em: <http://servindi.org/actualidad/opinion/21526>. Acesso em: 09 dez. 2010.

GOUVERNEMENT de la République d'Haïti. **Plan d'action pour le relèvement et le**

développement d'Haïti. março 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de acción y racionalización social.** Madrid: Taurus Humanidades, 2001. Vol I.

_____. **Teoría de la acción comunicativa. Crítica de La razón funcionalista.** Madrid: Taurus Humanidades, 2001. Vol II.

_____. **A ética da discussão e a questão da verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HEGEL, Georg W. F. **La raison dans l'histoire.** Paris: 10/18, 2006.

HUGO, Victor. **Victor Hugo et l'Afrique ou le mépris paternaliste.** Disponível em: <http://www.africultures.com/php/?nav=murmure&no=6206>. Acesso em: 03 de março de 2014.

KLARREICH, Kathie; POLMAN, Linda. **The NGO Republic of Haiti.** 31 out. 2012. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/170929/ngo-republic-haiti#>. Acesso: 29 nov. 2012.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti.** 2007. 353 f. Tese (Doutorado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

_____. **Université et Citoyenneté en Haïti.** Disponível em:

<http://www.alterpresse.org/spip.php?article798#.Utx99LTJlLM>. 15 out. 2003a. Acesso: 08 ago. 2009.

_____. **Crise sociale et Internationale Communautaire en Haïti.** Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article643#.Utx987TJlLM>. 08 ago. 2003b. Acesso em: 08 ago. 2009.

_____. **Réforme Universitaire et Révolution Éthico-politique: Pour une nouvelle pratique intellectuelle en Haïti.** 11 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article1323#.Uw9j2IV6HI0>. Acesso em: 27 fev. 2014.

MANIGAT, Leslie. Da hegemonia francesa ao imperialismo americano: 243-253, In Marc Ferro (org.). **O livro negro do colonialismo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. **Introduction à l'Étude de l'Histoire de la Diplomatie et des Relations Internationales d'Haïti.** Port-au-Prince : Media-texte, 2003.

MINGOLO, Walter D. **La idea de América Latina.** La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.

PÉAN, Leslie J. R. **Économie politique de la corruption** (De Saint Domingue à Haïti 1791-1870). Port-au-Prince: Éditions Mémoire, 2000.

Promundia Medica. **Le drame d'Haïti : Aide humanitaire... ! Qui en bénéficie ?** 21 de novembro de 2011. Disponível em:

<http://www.alterpresse.org/spip.php?article11919#UsYWS7TiF4s>. Acesso em: 02 jan. 2014.

REPUBLIQUE D'HAÏTI. **Comité Interministériel d'Aménagement du Territoire (CIAT).** HAITI DEMAIN: objectifs et stratégies territoriales pour la reconstruction, março de 2010.

RÉSEAU National de Défense des Droits Humains (RNDDH). **12 janvier 2010 - 12 janvier 2014: quatre ans de souffrance avec le spectre d'un sombre avenir.** Disponível em: <http://rnddh.org/content/uploads/2014/01/S%C3%A9isme-12-janvier-2014.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2014.

ROBERT, Arnaud. **Haïti est la preuve de l'échec de l'aide internationale.** Disponível em: http://www.letemps.ch/Page/Uuid/2a1b8ad0-0bb8-11e0-91f4-4e4896afb502/Ha%C3%AFti_es

t_la_preuve_de_l%C3%A9chec_de_laide_internationale. Acesso em : 4 mar. 2014.

SALA-MOLINS, Louis. **Les misères des lumières**. Sous la Raison l'outrage. Paris: Homnisphères, 2008.

SARKOZY, Nicolas. **Allocution de Nicolas Sarkozy, prononcée à l'Université de Dakar**. 26 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.afrik.com/article12199.html>.

Acesso em: 03 de mar. de 2014.

SEGUY, Franck. "Para compreender a recolonização do Haiti", **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014, PP.78-108).

TROUILLOT, Lyonel. **Haiti**: "le Bien et le Mal..." Disponível em:

<http://humanitaire.revues.org/881>. Acesso em: 31 jan. 2014.

UNITED NATIONS System in Haiti. **UN Integrated Strategic Framework for Haiti**.

2010. Disponível em: <http://www.onu-haiti.org/wp-content/uploads/2011/07/ISF->

ENGLISH-VERSION-FINAL-FOR-WEBSITE-v2.pdf. Acesso em: 26 jan. 2014.

Recebido em: 03/06/2014

Aprovado para publicação em: 03/08/2015